

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.917 - RS (2019/0032974-9)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR  
**RECORRENTE** : TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR  
**ADVOGADOS** : TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RS032158  
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800  
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620  
MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RS032025  
**RECORRIDO** : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADOR** : PAULA FERREIRA KRIEGER E OUTRO(S) - RS057189  
**INTERES.** : MARIA IDEMA PIRES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 25ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 254e):

***APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRECATÓRIO. PEDIDO POSTERIOR DE PAGAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. PRECLUSÃO.***

*- Não ofende o artigo 489, do Novel Código de Processo Civil a decisão que contém fundamentos suficientes para se compreender por que motivos o julgador decidiu e o raciocínio utilizado para a formação de sua convicção. O artigo 93, IX, da Constituição Federal, não conduz à nulidade da decisão em razão da discordância da parte quanto aos fundamentos utilizados pelo juiz.*

*- Hipótese em que a insurgência relativa à verba honorária deveria ter sido suscitada tão logo a parte exequente teve ciência do cálculo que não abarcou o valor fixado.*

*- Além da concordância expressa da parte autora em relação ao cálculo, o encaminhamento do precatório faz prova inequívoca da concordância tácita efetivada pela parte recorrente com o valor constante na ordem de pagamento.*

***APELAÇÃO DESPROVIDA. UNÂNIME.***

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 279/287e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

I. Arts. 489, § 1º, IV, e 1.022 do Código de Processo Civil – “quando do julgamento do recurso de apelação interposto, entendeu a 25ª Câmara Cível do TJRS por reconhecer a preclusão do pedido de pagamento dos honorários advocatícios fixados na fase de conhecimento, e devidamente executados pelo procurador, deixando de apreciar questão essencial no tocante ao erro material havido na exclusão dos honorários do cálculo que expediu o precatório, e quanto à possibilidade de postulação da verba honorária a qualquer tempo, conforme jurisprudência já assentada por esta Corte” (fl. 298e). Opostos embargos de declaração, o tribunal de origem permaneceu silente; e

II. Art. 494, I, do Código de Processo Civil – “Tendo-se em vista o erro material havido quando da atualização da conta que gerou o precatório, vez que excluiu os honorários do respectivo cálculo, não há falar em preclusão do pedido” (fl. 303e).

Sem contrarrazões (fls. 332e), o recurso foi inadmitido (fl. 335/347e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 516/517e).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso, às fls. 521/528e.

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Nos termos do art. 1.025 do Código de Processo Civil, considero incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou nos embargos de declaração opostos no tribunal de origem.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a preclusão para postulação da verba honorária, nos seguintes termos (fls. 253/262e):

*Do exame dos autos, verifica-se que a verba honorária foi fixada na ação desconhecimento em 5% sobre as parcelas vencidas até a sentença e sobre uma anuidade das vincendas, nos termos da decisão das fls. 26-28v.*

*Os autos foram encaminhados à Contadoria, que elaborou cálculos em fevereiro de 2010 no valor total de R\$31.499,63, sendo R\$1.539,94 referente à verba honorária (fl. 48).*

*Proferida a decisão das fls. 56-57 que determinava a emenda à inicial, a parte exequente peticionou às fls. 58-58v, postulando a inclusão dos procuradores no pólo ativo da execução, além da reserva de honorários contratuais.*

*Os autos foram reencaminhados para a Contadoria, que elaborou cálculos sem incluir os valores referentes à verba honorária (fl. 65).*

*O processo de execução prosseguiu normalmente, sendo a parte autora intimada em junho de 2013, através da nota de expediente nº 1496/2013, para tomar providências (fl. 75). Em consulta ao andamento processual disponível no site deste Tribunal de Justiça, observa-se que a parte exequente retirou os autos em carga em 06/06/2013, quando tomou ciência do cálculo elaborado pela Contadoria.*

*Os autos foram devolvidos apenas em 19/09/2013 com a petição da fl. 76, que concordou expressamente com o cálculo da fl. 65 e requereu a expedição do precatório.*

*Como se vê da petição da fl. 84, a parte recorrente, mesmo ciente de que o valor da verba honorária não constava no precatório expedido, procedeu o seu encaminhamento para pagamento sem qualquer insurgência. O pagamento se deu em maio de 2016 (fl. 87).*

*O pleito da recorrente, conforme se observa, não merece prosperar.*

*A matéria trazida à análise no presente recurso encontra-se abarcada pelo instituto da preclusão.*

*Não se pode aceitar que a parte, ao concordar expressamente com o cálculo da fl. 65 (petição da fl. 76), bem como tacitamente com o ato processual (emissão e protocolo do precatório), venha alegar em juízo a necessidade de complementação do pagamento em momento seguinte, cerca de dois anos depois.*

*Ora, deveria a parte recorrente ter adotado as medidas cabíveis com relação à omissão referente à verba honorária no momento em que tomou ciência do cálculo efetivado para a expedição do precatório.*

*Todavia, não o fez, quedando-se inerte.*

*Destarte a preclusão é um instituto processual que privilegia a segurança jurídica nas relações processuais, uma vez que delimita um*

*espaço de tempo no; processo propício à prática de determinados atos. Outrossim, o referido instituto encontra-se diretamente relacionado à questão dos ônus processuais e, portanto, diz respeito somente às partes.*

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

***PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARGUIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA RECONHECIDA NA ORIGEM. SÚMULA 7 DO STJ. APLICAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.***

*1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).*

*2. Incide a Súmula 284 do STF quando a parte aponta violação ao art. 535, II, do CPC/1973 de forma genérica, sem explicitar qual a efetiva ausência de pronunciamento e sua relevância para a solução da controvérsia.*

*3. Sem qualquer pronunciamento acerca da desproporcionalidade do montante arbitrado a título de multa cominatória fixada na origem (astreintes), a cancelar a tese de enriquecimento sem causa ventilada no especial, padece o recurso do indispensável prequestionamento, requisito para cujo preenchimento não basta a mera interposição de embargos de declaração. Precedentes.*

*4. Reconhecida pela Corte estadual a ocorrência da preclusão consumativa com base no cotejo entre as ações aforadas nas instâncias ordinárias, a conclusão em contrário implica o reexame do acervo fático-probatório, providência incompatível com a via especial, haja vista o disposto na Súmula 7 desta Corte.*

*5. Agravo desprovido.*

(AgInt no REsp 1298090/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 13/11/2017 - destaque meu).

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DOS HONORÁRIOS. PRECLUSÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS N. 282 E 356 DAS SÚMULAS DO STF. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. DECISÃO DE ORIGEM FUNDAMENTADA COM BASE NO LASTRO PROBATÓRIO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

*I - Na origem trata-se de agravo de instrumento contra decisão que, em execução, determinou a inclusão dos valores referentes aos honorários advocatícios. No Tribunal a quo deu-se provimento ao agravo de instrumento para cassar a decisão, reconhecendo a existência de preclusão da matéria.*

*II - Não se conhece da alegação de violação de dispositivos constitucionais em recurso especial, posto que seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.*

*III - Não cabe ao STJ, a pretexto de analisar alegação de violação do art. 535 do CPC/1973 ou do art. 1.022 do CPC/2015, examinar a omissão, da Corte a quo quanto a análise de dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao STF, no âmbito do recurso extraordinário.*

*IV - Não há violação do 535 do CPC/73 (art. 1022 do CPC/2015) quando o Tribunal a quo se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia apreciando fundamentadamente a controvérsia (art. 165 do CPC/73), apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como verificado na hipótese.*

*V - Conforme entendimento pacífico desta Corte "o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida" (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).*

*VI - Esta Corte somente pode conhecer da matéria objeto de julgamento no Tribunal de origem. Ausente o prequestionamento da matéria alegadamente violada, não é possível o conhecimento do recurso especial. Nesse sentido, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ :*

*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"; e, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do STF.*

*VII - Conforme entendimento desta Corte, não há incompatibilidade entre a inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e a ausência de prequestionamento, com a incidência do enunciado n. 211 da Súmula do STJ quanto às teses invocadas pela parte recorrente, que, entretanto não são debatidas pelo tribunal local, por entender suficientes para a solução da controvérsia outros argumentos utilizados pelo colegiado. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1234093/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018; AgInt no AREsp 1173531/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 26/03/2018.*

*VIII - Relativamente às demais alegações de violação a dispositivos infraconstitucionais, a Corte de origem analisou a controvérsia dos autos levando em consideração os fatos e provas que envolvem a matéria. Assim, para se chegar à conclusão diversa seria necessário o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual "a pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".*

*IX - Ressalte-se ainda que a incidência do enunciado n. 7 quanto à interposição pela alínea a impede o conhecimento da divergência jurisprudencial, diante da patente impossibilidade de similitude fática entre acórdãos.*

*X - Ainda que assim não fosse, o dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional não foi demonstrado nos moldes legais, pois além da ausência do cotejo analítico e de não ter apontado qual dispositivo legal recebeu tratamento diverso na jurisprudência pátria, não ficou evidenciada a similitude fática e jurídica entre os casos colacionados que teriam recebido interpretação divergente pela jurisprudência pátria.*

*XI - Agravo interno improvido*

*(AgInt no REsp 1748490/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018 - destaques meus).*

Ademais, o recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, pois não há similitude fática entre os julgados confrontados, uma vez que o acórdão recorrido versa sobre preclusão do pedido de pagamento de verba honorária, enquanto o aresto paradigma trata de erro material, constatando-se, assim, situações fáticas diversas.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TOMBAMENTO. VALOR HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUITETÔNICO DO IMÓVEL RECONHECIDO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO COM REGULAR TRAMITAÇÃO. DECRETO 25/37. A ANULAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO DEPENDERIA DE REVOLVIMENTO DO MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. Tendo o Tribunal de origem assegurado que restou devidamente demonstrado o valor histórico, artístico e arquitetônico do imóvel dos impetrantes, ora agravantes, e que o processo de tombamento tramitou regularmente, inclusive com a ativa participação dos interessados, modificar tal entendimento demandaria necessariamente o reexame do material fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta Corte Superior, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7/STJ também obsta o conhecimento do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional, na medida em que os julgados confrontados certamente são carecedores de similitude fática, o que é imprescindível à configuração da divergência jurisprudencial. Precedentes: AgRg no AREsp 506.273/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27.06.2014 e AgRg no REsp. 1.178.673/PR, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 13.08.2012.

3. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 116.010/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 15/08/2014 – destaques meus).

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DIVULGAÇÃO DE IMAGEM DE ADOLESCENTE A QUEM SE ATRIBUIU A PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL. EMPRESA DE TELEVISÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. INFRINGÊNCIA DO ART. 247 DO ECA. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE MULTA E SEU VALOR. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

(...)

4. Por fim, não há que ser analisado o recurso com base na alínea "c" do permissivo constitucional, pois, segundo a jurisprudência consolidada nesta Corte de Justiça, a demonstração do dissídio jurisprudencial impõe

# *Superior Tribunal de Justiça*

a ocorrência indispensável de similitude fática entre as soluções encontradas pelo acórdão recorrido e o paradigma, o que não ocorreu na hipótese dos autos 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.454.089/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014 - destaque meu).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora